

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA
EXCEL LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL**

De um lado, como EMISSORA, **EXCEL LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL**, com sede no município de Barueri, estado de São Paulo, na Calçada dos Girassóis, 19, 1º andar, Centro Comercial, Alphaville, inscrita no CGC/MF sob nº 00.162.760/0001-03, neste ato representada na forma de seu estatuto social, e de outro, como AGENTE FIDUCIÁRIO, **OLIVEIRA BASTOS DTVM LTDA**, com sede no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, 151, grupo 901, Centro, inscrito no CGC/MF sob nº 36.113.867/0001-91, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, vêm, na melhor forma de direito, celebrar a presente escritura particular de emissão de debêntures não conversíveis em ações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA realizada em 02/01/95.

II - DOS REQUISITOS

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários-CVM, na forma das Leis nºs 6.385, de 07/12/76 e 6.404, de 15/12/76 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

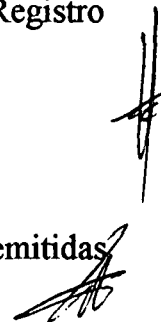
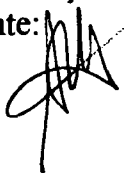
A ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a emissão de debêntures será homologada pelo Banco Central do Brasil e arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

3. REGISTRO DA ESCRITURA

A presente escritura de emissão será registrada no 1º Cartório de Notas e Registro de Imóveis de Barueri - São Paulo.

III - DOS TÍTULOS E SUA EMISSÃO

As debêntures, cujas condições e características seguem transcritas, serão emitidas observando-se o seguinte:



1. COLOCAÇÃO

O lançamento será público, mediante a intermediação de instituição(ões) financeira(s).

2. DATA DE EMISSÃO

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 1º de fevereiro de 1995.

3. VALOR DA EMISSÃO

O valor da emissão será de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

4. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

Serão emitidas 40.000 (quarenta mil) debêntures, em série única.

5. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO

As debêntures terão prazo de vencimento de 30 (trinta) meses, vencendo no dia 1º de agosto de 1997.

6. VALOR NOMINAL

As debêntures terão o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), na data de emissão.

7. FORMA

As debêntures serão nominativas.

8. NEGOCIAÇÃO

As debêntures serão negociadas junto ao SND (Sistema Nacional de Debêntures) administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizadas pela CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos).

9. ESPÉCIE

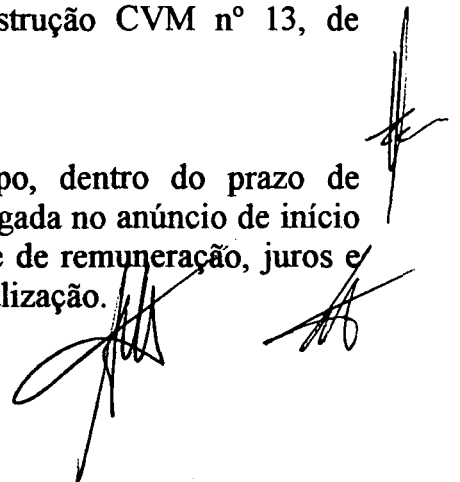
As debêntures serão da espécie subordinada.

10. PROCEDIMENTO

Na colocação das debêntures junto ao público será adotado o procedimento diferenciado de distribuição, referido no art. 33 da Instrução CVM nº 13, de 30.09.80.

11. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

As debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de colocação, e serão integralizadas em data única a ser divulgada no anúncio de início da distribuição, pelo seu valor nominal, acrescido da base de remuneração, juros e prêmio, calculados da data de emissão até a data da integralização.



12. FORMA DE PAGAMENTO

O preço de subscrição das debêntures será pago à vista, na forma definida no item anterior.

13. BASE DE REMUNERAÇÃO

As debêntures farão jus a remuneração, a partir da data de emissão até as datas das respectivas amortizações, calculada de acordo com a variação da TR - Taxa Referencial.

13.1. O valor da remuneração correspondente à variação acumulada da TR será capitalizado e acrescido ao valor nominal das debêntures e o valor assim obtido será considerado como base de remuneração para fins de cálculo de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta escritura, inclusive para efeito do pagamento da amortização das debêntures, efetuada conforme item 16 seguinte, da recompra ou do resgate das debêntures.

13.2. Na hipótese de extinção ou congelamento da TR, ou se por qualquer motivo tornar-se impossível a sua utilização como base de remuneração, o novo parâmetro da remuneração das debêntures será automaticamente aplicável à emissão de que se trata. Caso não haja substituto oficial, a EMISSORA se obriga a adotar como base de remuneração o índice que vier a ser utilizado para a atualização dos contratos de arrendamento mercantil.

Parágrafo único. Se na data do vencimento da obrigação a taxa a ser aplicada não estiver disponível para o cálculo, este poderá ser efetuado pela taxa aplicada à obrigação do mês imediatamente anterior. A diferença apurada quando da disponibilidade da taxa, acrescida dos encargos convencionados para a operação, será paga na data da apuração ou juntamente com o pagamento da próxima obrigação.


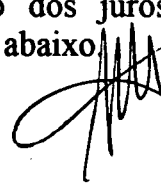

14. JUROS REMUNERATÓRIOS

Às debêntures serão conferidos juros fixos, capitalizados à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, considerado o ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados a partir da data de emissão e pagáveis mensalmente juntamente com as amortizações do principal, conforme previsto no item 16 abaixo.

15. PRÊMIO

A EMISSORA pagará aos debenturistas prêmio de 5% (cinco por cento) ao ano com vistas a adequar a rentabilidade dos títulos às taxas praticadas pelo mercado financeiro.

15.1. O prêmio aqui referido será calculado a partir da data de emissão dos títulos, acrescido aos juros remuneratórios previstos no item 14 supra e devido mensalmente, coincidindo com o pagamento dos juros remuneratórios e das amortizações das debêntures, conforme item 16 abaixo.



16. AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA

A EMISSORA se obriga a efetuar amortizações de cada uma das debêntures da presente emissão observado o seguinte:

16.1. O primeiro pagamento dar-se-á a partir do 1º (primeiro) dia do mês subsequente ao da integralização, caso esta ocorra no 1º (primeiro) dia útil de um mês do calendário.

16.2. Quando a integralização não ocorrer no 1º (primeiro) dia útil de um mês do calendário, as amortizações serão feitas a partir do dia 1º (primeiro) do 2º (segundo) mês subsequente ao da integralização das debêntures.

16.3. As demais amortizações deverão ocorrer sempre no 1º (primeiro) dia útil de cada mês subsequente ao da primeira amortização.

16.4. As amortizações previstas neste item serão efetuadas de acordo com a seguinte fórmula:

$$PMT = \left[VN \times (1+I)^{\frac{d}{D}} \times TR \times I \times \frac{(1+I)^{N-n}}{(1+I)^{N-n} - 1} \right] AM$$

Onde:

PMT = valor do pagamento mensal;

VN = valor nominal na data de integralização atualizado a partir da data da emissão conforme item 13 acima;

I = taxa de juros mensal (inclui o prêmio somado) representado na forma decimal (ex: 12% juros + 5% prêmio = 17% a.a. total mensal = 0,0131696);

d = número de dias corridos entre a data de integralização e o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao da integralização. Se a integralização ocorrer no primeiro dia do mês, então d=0;

D = número de dias corridos do mês da integralização;

TR = taxa referencial, sob a forma decimal, do dia da integralização;

N = prazo total da emissão em número de meses;

n = número de meses desde o mês da emissão até o mês da integralização, incluindo ambos. Se a integralização for no 1º (primeiro) dia útil do mês, substituir N-n por N-n+1;

AM = fator de incorporação da base de remuneração referente ao mês de pagamento calculado pela variação acumulada da TR do 1º (primeiro) mês subsequente ao da integralização até o mês do pagamento. Se a integralização for no 1º (primeiro) dia útil do mês, o fator varia desde o mesmo mês da integralização.

17. JUROS MORATÓRIOS E MULTA

Caso a EMISSORA venha a incorrer em mora no pagamento do principal, acrescido de base de remuneração, juros e prêmio, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros variáveis na forma estabelecida neste instrumento, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 10% (dez por cento).

incidentes sobre o valor em atraso, calculados desde a data da inadimplência até a do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

18. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

Sem prejuízo ao disposto no item 17 supra, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas neste instrumento, ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de juros, prêmio e base de remuneração no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

19. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação mediante o pagamento do respectivo saldo do valor nominal não amortizado, acrescido dos juros e prêmio devidos na data do resgate, devendo publicar aviso prévio aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese mediante sorteio.

20. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do valor nominal não amortizado, acrescido de juros e prêmio, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei 6.404/76.

20.1. Na aquisição, os rendimentos a que fizerem jus as debêntures serão atribuídos, pela EMISSORA, aos portadores dos títulos.

21. LOCAL DO PAGAMENTO

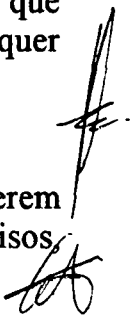
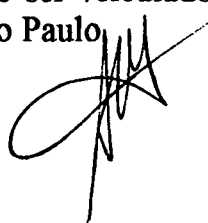
Os pagamentos referentes às amortizações das debêntures, juros remuneratórios e prêmio a que fizerem jus as debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou na sede da EMISSORA, na hipótese do debenturista não estar vinculado a esse sistema.

22. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo, a qualquer título, aos valores a serem pagos.

23. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser veiculados na forma de avisos em jornal de grande circulação na cidade de São Paulo.



24. VENCIMENTO ANTECIPADO

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da emissão de que trata o presente instrumento e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor nominal, acrescido da base de remuneração, juros e prêmio, na ocorrência dos seguintes fatos:

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA;
- b) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;
- c) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista nesta escritura de emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e
- d) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMISSORA, previstas na presente escritura de emissão.

25. INCONVERSIBILIDADE

As debêntures da presente emissão são inconversíveis em ações do capital social da EMISSORA.

IV - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

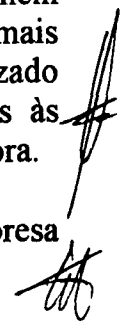
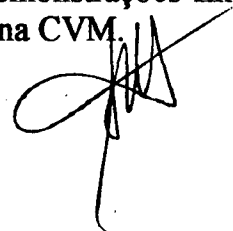
A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;
- b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo;
- c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93, nos prazos previstos na citada Instrução; e
- d) imediatamente, qualquer informação razoável que lhe venha a ser solicitada.

2. Não pagar dividendos, salvo o disposto no artigo 202 da Lei 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento do principal atualizado monetariamente, conforme item 15 desta escritura, juros e prêmio, relativos às debêntures objeto da presente, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora.

3. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente, registrada na CVM.



4. Efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93, bem como fornecer aos seus debenturistas, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei 6.404/76.

5. Manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço.

6. Manter seus bens adequadamente assegurados, conforme práticas correntes.

7. Não realizar operação fora de seu objeto social, observadas disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.

V - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto da presente escritura, OLIVEIRA BASTOS DTVM LTDA, retro-qualificado, o qual neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente escritura, representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das debêntures.

1. DECLARAÇÃO

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente escritura, declara:

a) Sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º da Lei 6.404/76 e o artigo 9º da Instrução CVM nº 28 de 23.11.83, para exercer a função que lhe é conferida.

b) Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura.

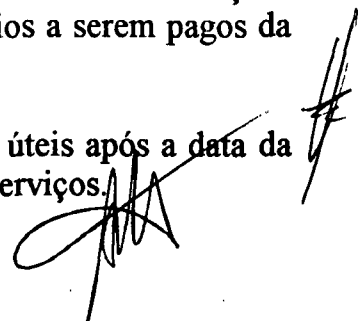

c) Aceitar integralmente a presente escritura e todas as suas cláusulas e condições.

d) A EMISSORA também declara não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que o impeça de exercer plenamente suas funções.

2. REMUNERAÇÃO

O AGENTE FIDUCIÁRIO receberá, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta escritura, honorários a serem pagos da seguinte maneira:

a) 1 (uma) parcela de R\$ 3.000,00 (três mil reais) paga 5 dias úteis após a data da assinatura da escritura de emissão, a título de implantação dos serviços.



b) Parcelas anuais antecipadas de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) vencíveis a primeira no 1º dia do mês seguinte ao da obtenção do registro na CVM, e as demais nos mesmos dias e mês dos anos subsequentes.

c) As parcelas serão reajustadas pela variação acumulada do IPC-r, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo mesmo índice de atualização do valor da emissão de debêntures, a partir de 01/12/94 até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculadas *pro rata* dia se necessário ou se pagas após o vencimento, mediante a utilização do IPC-r do mês anterior.

d) As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, a serem cobertas pela emissora.

e) Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas.

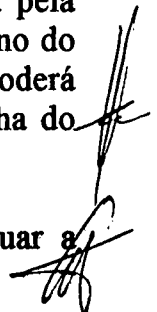
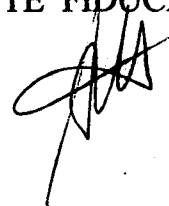
f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na escritura de emissão.

g) As parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (contribuição ao programa de integração social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração ao AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o imposto de renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

3. SUBSTITUIÇÃO

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar a nomeação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

Parágrafo 1º. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a



exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

Parágrafo 2º. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

Parágrafo 3º. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita a comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

Parágrafo 4º. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento à escritura de emissão, devendo o mesmo ser averbado no registro de imóveis no qual foi registrada a escritura.

Parágrafo 5º. O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

Parágrafo 6º. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a respeito baixados por ato da CVM.

4. DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

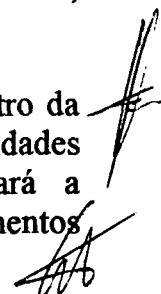
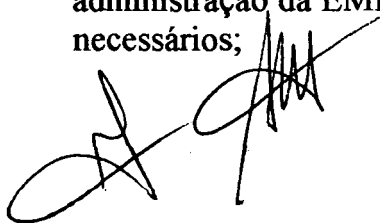
a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro da escritura de emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;



f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas das modificações nas condições das debêntures;

h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;

i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

j) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações;

l) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar informações que lhe forem solicitadas;

m) elaborar relatório anual destinado aos debenturistas nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b" da Lei 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

2) alterações estatutárias ocorridas no período;

3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da EMISSORA;

4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;

5) resgate, amortização e pagamento de juros e prêmio das debêntures, realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela EMISSORA;

6) constituição e aplicação do Fundo de Amortização de Debêntures, quando for o caso;

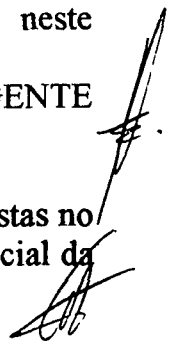
7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

8) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;

10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;

n) colocar o relatório de que trata o inciso anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:



- 1) na sede da EMISSORA;
- 2) no escritório, ou quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- 3) na CVM;
- 4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso;
- 5) nas instituições que lideram a colocação das debêntures.

o) publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA deve efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados nas alíneas do inciso "n";

p) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante inclusive gestões junto à EMISSORA, e ou à instituição prestadora de serviços de debêntures escriturais;

q) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas;

r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

s) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- 1) à CVM;
- 2) às Bolsas de Valores, quando for o caso;
- 3) ao Banco Central, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

5. ATRIBUIÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da EMISSORA:

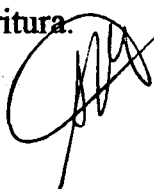
a) declarar, observadas as condições da presente escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

b) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas;

c) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA;

d) requerer a falência da EMISSORA se não existirem garantias reais.

Parágrafo 1º. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na letra "a" acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente escritura.



Parágrafo 2º. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" do *caput* desta cláusula se, convocada a Assembléia dos Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea "d" do *caput* desta cláusula.

VI - DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente escritura.

VII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

1. Os titulares das debêntures de que trata esta escritura poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

2. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM.

3. Aplica-se à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei 6.404/76 para a Assembléia Geral de Acionistas.

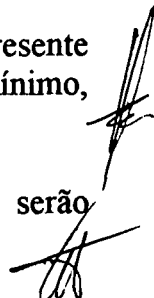
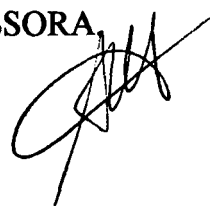
4. A Assembléia se instalará em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da Assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou aquele que for designado pela CVM.

5. Na hipótese da Assembléia não ter sido convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, o mesmo deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

6. Nas deliberações da Assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

7. Quaisquer modificações nas condições das debêntures objeto da presente escritura dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

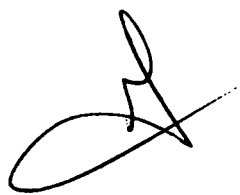
8. Para efeito da constituição do *quorum* a que se refere esta cláusula, serão excluídas do número de debêntures as pertencentes à EMISSORA.



VIII - DO FORO

Fica eleito o foro principal da comarca de Barueri, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões proventura resultantes desta escritura.

Estando assim certos e ajustados, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.



Barueri, 20 de janeiro de 1995



EXCEL LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL

Dr. Ramos

OLIVEIRA BASTOS DTVM LTDA

TESTEMUNHAS:

